

Contribuição do Esquema de Análise de Burrell e Morgan para o Estudo das Organizações Universitárias

Stella Cecília Duarte Segenreich*

Introdução

O objetivo deste trabalho é apresentar o relato de como o esquema de análise proposto por Burrell e Morgan (1979) foi utilizado para nortear o caminho desenvolvido no sentido de definir e situar a abordagem adotada em minha tese de doutorado — a abordagem de ação de Silverman (1970). A pesquisa, um estudo de caso de caráter predominantemente qualitativo, teve por objetivo “investigar o significado, para a comunidade da PUC-RJ, da questão da participação no cotidiano da universidade, face a seu projeto historicamente construído, visando identificar os principais problemas suscitados no exercício desta participação e propor caminhos para a sua discussão” (Segenreich, 1990a, 1990b). Partiu-se da convicção de que esta perspectiva de análise constituiria um dos caminhos mais promissores para se perceber a natureza multifacetada da questão da participação e, desta forma, alargar o horizonte dos debates sobre a democratização interna da universidade.

A partir das 146 entrevistas realizadas com representantes atuantes e não-atuantes dos diferentes segmentos da comunidade universitária da PUC-RJ, que geraram um total de 5330 falas (unidades de registro), ficaram definidos quatro amplos temas de

análise que resultaram de um processo de interação entre as questões iniciais de pesquisa e o conjunto de questões que emergiram do *corpus* de análise: 1) estrutura e contexto de participação; 2) a participação dos diferentes segmentos da comunidade universitária; 3) acesso às estruturas de participação e a questão do *feedback* da participação; 4) concepção de participação e universidade. Na medida em que a percepção dos diferentes atores sobre o cotidiano da participação na universidade e a sua própria concepção de participação estavam relacionadas às teorias de administração que lhe serviam de referencial, este constituiu em um segundo objetivo para seu mapeamento. Deste modo foi com um duplo propósito — situar a abordagem da pesquisa e o testemunho dos atores nela envolvidos — que procuramos analisar as principais correntes teóricas, os estudos empíricos a elas relacionados e seu possível impacto na análise da organização universitária e na questão da participação.

Entretanto, ao se buscar uma forma de sistematizar a análise, uma primeira dificuldade foi sentida. A maioria dos livros consultados (Chiavenato, 1979; Motta, 1976; Wahrlich, 1986) se detinha mais nas contribuições de cada teoria, procurando combinar o agrupa-

* Professora do Depto. de Educação/PUC-RJ

mento de perspectivas semelhantes acerca das organizações com um critério cronológico.

Apesar dessas obras terem sido fonte importante de consulta, não se mostraram suficientes para o objetivo proposto. Nesta busca de uma forma de sistematização, de procura de um fio condutor, tarefa das mais árduas e geradoras de controvérsias, alguns trabalhos no campo da sociologia da educação despertaram atenção na medida em que destacavam a possibilidade de se analisar as diferentes perspectivas teóricas a partir de, basicamente, dois paradigmas: o paradigma do consenso e o do conflito (Gomes, 1985; Karabel e Halsey, 1977; Sander, 1982). Basicamente, o paradigma do consenso vê a sociedade como conjunto de pessoas e grupos unidos por valores comuns, que geram consenso espontâneo enquanto, no paradigma do conflito, a sociedade passa a ser vista basicamente como conjunto de grupos em contínuo conflito, onde uns estabelecem dominação sobre os outros; em vez de consenso espontâneo, obtém-se um consenso imposto (Gomes, 1985).

A análise do desenvolvimento da pesquisa educacional no período entre 1960 e 1975, feita por Karabel e Halsey utilizando como fio condutor estes dois paradigmas, é importante na medida em que procuram relacionar também os estudos empíricos desenvolvidos ao paradigma que lhes serve de suporte. Entretanto, a classificação binária de consenso e conflito, apesar de sua abrangência, não conseguia, a nosso ver, dar conta das diferentes tendências de estudo das organizações. Benno Sander (1982), por outro lado, propõe um paradigma multidimensional como conciliação dos diferentes enfoques representados pela administração para a eficiência, eficácia, efetividade e

relevância na tentativa de elaborar síntese teórica no campo da administração educacional. Ele, porém, não consegue ultrapassar a dicotomia consenso-conflito na medida em que associa a eficiência e eficácia ao paradigma do consenso e a efetividade e relevância ao paradigma do conflito.

Finalmente, foi no livro *Sociological Paradigms and Organizational Analysis*, escrito por Burrell e Morgan em 1979, que encontramos um esquema que satisfizesse ao propósito do presente estudo. Ao conjugar as dimensões consenso-conflito com outra dimensão, por eles denominada objetividade-subjetividade, tornou-se mais viável a proposta de analisar as diferentes teorias de organização, seus pressupostos e estudos empíricos.

Neste trabalho, fazemos primeiro uma breve descrição do esquema de análise proposto por Burrell e Morgan. Em segundo lugar apresentamos a forma como ele foi trabalhado concretamente na parte teórica da pesquisa. Finalmente, procuramos tecer algumas considerações acerca da adoção de esquemas de análise como fio condutor na construção de um referencial teórico-metodológico e, mais concretamente, o relatado neste trabalho.

O esquema de Burrell e Morgan

A idéia central do livro era de que "todas as teorias de organização estavam baseadas em uma filosofia da ciência e uma teoria da sociedade" (Burrell e Morgan, 1979, p.1). Quanto aos pressupostos sobre a natureza da ciência social eles opõem uma dimensão objetiva, oriunda do positivismo lógico, a uma dimensão subjetiva, oriunda do idealismo alemão. Quanto

aos pressupostos sobre a natureza da sociedade eles retomam, sob nova nomenclatura, o debate consenso-conflito.

Especificamente, a abordagem objetiva da ciência social engloba:

- a) Uma ontologia realista onde o mundo externo ao indivíduo é um mundo real, feito de estruturas firmes, tangíveis e relativamente imutáveis;
- b) Uma epistemologia positivista que procura explicar o mundo social através da busca de regularidades e relações causais entre seus elementos constitutivos;
- c) Uma abordagem determinista da natureza humana na medida em que o homem e suas atividades são completamente determinados pela situação em que ele está localizado;
- d) Uma metodologia nomotética calçada na abordagem e métodos empregados nas ciências naturais, onde se enfatiza a importância do protocolo e da técnica sistemática, onde existe maior preocupação com a construção de testes e o uso de técnicas quantitativas de análise de dados.

Em contraste, a abordagem subjetiva engloba:

- a) Uma ontologia nominalista, que não admite a existência de um mundo social externo ao indivíduo;
- b) Uma epistemologia antipositivista, para quem o mundo social é essencialmente relativista e só pode ser entendido do ponto de vista dos indivíduos que estão diretamente envolvidos nas atividades que estão sendo estruturadas;
- c) Uma abordagem voluntarista da natureza humana na medida em que o homem é completamente autônomo e dotado de livre-arbítrio;
- d) Uma metodologia ideográfica onde se enfatiza a exploração profunda

do assunto assim como a exploração detalhada do contexto e história de vida e em que a ênfase incide ainda na análise de relatos subjetivos tomados de dentro da situação, através de envolvimento no dia-a-dia, o que permite desenvolver o tema durante o processo de investigação (Burrell e Morgan, 1979, pp. 4 a 7).

A dimensão consenso-conflito foi sistematizada por Burrell e Morgan a partir das idéias de Dahrendorf em um quadro que apresenta os conceitos-chaves inerentes a essas duas teorias sobre a natureza da sociedade. Deste modo à teoria da "ordem" foram associados a estabilidade, a integração, a coordenação funcional e o consenso, enquanto à teoria do "conflito" foram associados a mudança, o conflito, a desintegração e a coerção (Dahrendorf citado por Burrell e Morgan, 1979, pp. 12-13). Entretanto, eles consideram que a distinção consenso-conflito é problemática em muitos sentidos e a substituíram pelas noções de regulação (*regulation*) e mudança radical. O termo Sociologia da "Regulação" se refere aos escritos de teóricos que estão preocupados primordialmente em fornecer explicações sobre a sociedade com características de unidade e coesão implícita. Já a Sociologia da "Mudança Radical" tem como preocupação básica procurar explicações para a mudança radical, conflitos estruturais profundos, modos de dominação e contradição estrutural que os teóricos vêem como características da sociedade moderna.

A exemplo do que haviam feito com as proposições de Dahrendorf eles enunciaram de forma esquemática os pontos extremos que evidenciam diferenças entre eles. A Sociologia da "Regulação" está preocupada com: o *status quo*; a ordem social; o consenso; a coesão e integração social; a solidariedade;

a satisfação de necessidades; a atualidade. A Sociologia da “Mudança Radical” está preocupada com: a mudança radical; o conflito estrutural; as formas de dominação; a contradição; a emancipação; a privação; a potencialidade.

Tomadas em conjunto, as duas dimensões acima mencionadas — objetividade/subjetividade e ordem/mudança social — resultaram em quatro *paradigmas* onde foram situadas as principais escolas de análise das organizações, como pode ser visualizado na figura 1. O humanismo radical e o estruturalismo radical refletem pressupostos de uma sociedade em conflito e uma ciência social subjetiva e objetiva, respectivamente. Os paradigmas funcionalista e interpretativo refletem pressupostos de uma sociedade voltada para a ordem e uma ciência social objetiva e subjetiva respectivamente.

Para Burrell e Morgan a esmagadora maioria das teorias de organização presentes na literatura administrativa está localizada no paradigma funcionalista (figura 1). Mesmo abordagens que criticam o enfoque objetivista como a abordagem da ação humana ou que analisam as disfunções da burocracia ou adotam modelos políticos de análise para estudar o problema do poder e do conflito estão ainda localizados nos limites da abordagem funcionalista, tendo em vista o caráter mutuamente exclusivo dos paradigmas, segundo a visão desses autores. Isto não impede, entretanto, que determinados autores possam ser localizados em mais de um paradigma como é o caso de Max Weber, cujas idéias têm influência nos quatro paradigmas apresentados; ou, então, que o mesmo autor possa ter avançado em determinadas linhas de

FIGURA 1

As principais escolas de análise organizacional segundo a sua localização nos paradigmas propostos por Burrell e Morgan

A SOCIOLOGIA DA MUDANÇA RADICAL

S U B J E T I V O	<i>Humanismo Radical</i>	<i>Estruturalismo Radical</i>				O B J E T I V O
	Teoria antiorganizacional	Teoria radical de organização				
S U B J E T I V O	<i>Sociologia Interpretativa</i>	<i>Sociologia Funcionalista</i>				O B J E T I V O
	Etnometodologia e interacionalismo simbólico fenomenológico	Abordagem da ação	Teorias disfunções burocráticas	Teoria sistemas sociais	Objetivismo	

Fonte: Burrell e Morgan, p. 29.

A SOCIOLOGIA DA REGULAÇÃO

pensamento que o transportam de um paradigma para outro. O que Burrell e Morgan discutem é a possibilidade de se conciliar paradigmas como se estivesse tratando de duas faces da mesma moeda.

Neste momento, cabe ressaltar a forma como a obra de Burrell e Morgan serviu de referencial básico para este trabalho. Não foi nosso propósito adotar integralmente o “enquadramento” de todas as teorias de organização nos paradigmas, apresentados justamente porque sua estruturação mutuamente excludente ignora pontos entre os pólos, o que para para nós é um ponto discutível.

Por este motivo, fizemos uso, em nossa análise, das duas dimensões propostas por Burrell e Morgan mais como fio condutor na medida em que sua grande contribuição é manter sempre alerta a relação entre as teorias e pesquisas com seus pressupostos. Em primeiro lugar, tratamos das teorias que, englobadas sob o título “Objetivismo e a Teoria de Sistemas”, se enquadravam perfeitamente no paradigma funcionalista, segundo aqueles autores e também com a visão desta autora. Em seguida, dedicamo-nos à análise do que chamamos de novos enfoques para o estudo das organizações universitárias. Abordamos, inicialmente, estudos que criticavam a visão estritamente funcionalista, enfatizando temas mais relacionados ao paradigma do conflito, ou da mudança radical. Por último, foram tratadas, basicamente, as abordagens que criticavam a visão estritamente objetivista da abordagem funcionalista em relação à natureza da ciência social. O relacionamento entre este esquema e o proposto originalmente por Burrell e Morgan será objeto de análise nas considerações finais.

Objetivismo e a teoria de sistemas

Segundo Burrell e Morgan, a grande maioria dos que escreveram sobre problemas organizacionais se situam nessa “região” do paradigma funcionalista, firmemente enraizados na sociologia da regulação e na abordagem objetivista da realidade social. Agrupamos as teorias, para efeito de análise, em três grandes linhas: a) as teorias clássicas e o modelo burocrático; b) a preocupação com o comportamento humano nas organizações; c) a abordagem sistêmica e seus desdobramentos contemporâneos: o desenvolvimento organizacional e a teoria contingencial.

A abordagem clássica de administração, através da racionalização de métodos e processos — Taylor — e da sistematização de elementos e funções da administração — Fayol, Gulick, Willoughby — está fundamentada em pressupostos que caracterizam o enfoque mais objetivista do paradigma funcionalista.

Apesar da abordagem clássica de administração estar mais voltada para as empresas industriais, pôde-se perceber que seus princípios, de natureza prescritiva, foram praticamente transplantados para outras áreas, inclusive a educação. Eles estão bem vivos até hoje e presentes nas organizações universitárias, inclusive na universidade brasileira. Inicialmente restritos às suas atividades-meios, eles começaram a se estender à administração acadêmica, na medida em que as instituições universitárias passaram de simples aglomerações de faculdades a organizações complexas. As formas organizacionais concretas onde se realiza o trabalho acadêmico vêm experimen-

tando, segundo Motta e Bresser Pereira (1980), processo de crescente burocratização onde se encontram operacionalizados vários princípios da teoria clássica. Entretanto, é a discussão acerca da associação ou não da universidade ao modelo burocrático que vem despertando interesse no campo da teoria e da pesquisa.

Na análise das organizações universitárias há todo um movimento no sentido de analisar até que ponto as universidades são instituições burocráticas, visto isso tanto em sentido positivo quanto negativo. Stroup (1970) foi um dos que desenvolveram esforços em caracterizar as universidades como burocracias na medida em que se constituem atualmente em organizações de grande porte em função do grande efetivo de pessoal a elas ligado e de sua complexa organização administrativa. Em um sentido de avaliação inverso, diversos autores têm demonstrado preocupação com os efeitos burocráticos na vida acadêmica da universidade (Schwartzman e Oliveira, 1980). Isto gerou uma linha de estudos que fez uma crítica ao modelo burocrático tanto no sentido de ultrapassar a visão unitária de burocracia (Hall, 1966) como no sentido de provar que o modelo burocrático não satisfaz à especificidade da organização universitária (Baldrige, 1971, entre outros)¹. Finalmente, em trabalhos localizados no paradigma do conflito ou mudança radical, tem-se procurado analisar a organização burocrática como expressão de poder e de ideologias.

Em relação ao conjunto de teorias que se preocupam com o comportamento humano nas organizações, a organização universitária não se constitui objetivo específico de atenção. Entretanto, pudemos encontrar alguns traba-

lhos na década de 70, como o de Costa (1977), onde foi testado o modelo de Likert em uma universidade com o objetivo de identificar a presença dos estilos organizacionais por ele descritos: autoritário e diretivo; autoritário paternalista; consultivo; participação por grupos. Este tipo de teoria, contudo, não teve impacto significativo nas pesquisas sobre organizações universitárias.

Já em relação à abordagem sistêmica, é muito vasta a literatura sobre a teoria de sistemas aplicada ao estudo das organizações complexas e nela está reservado um espaço significativo para a universidade. Além da existência de numerosas publicações que tratam especificamente da aplicação da teoria de sistemas à educação (Banghart, 1969; entre outros) e algumas, mais especificamente, à universidade (Rice, 1970; entre outros), vale a pena mencionar que mesmo obras de administração geral (Kast & Rosenzweig, 1980; entre outros) passaram a incluir capítulos inteiros dedicados à análise da universidade no intuito de verificar até que ponto princípios da abordagem sistêmica eram suficientes para explicá-la.

No caso da universidade brasileira, a proposta de opor a universidade-conglomerado à universidade-sistema é explicitada na Reforma Universitária de 1968-69 e assumida por vários membros do grupo de Trabalho da Reforma (Sucupira, 1977). Esta ênfase se refletiu na produção de dissertações de mestrado da década de 70 e início de 80 (Albuquerque, 1974; entre outros).

Quanto aos desdobramentos contemporâneos da abordagem sistêmica — o desenvolvimento organizacional e a teoria contingencial — o volume de

¹ A indicação *entre outros* tem por objetivo chamar atenção para o fato de que foram relacionadas somente algumas referências bibliográficas, a título de ilustração, tendo em vista o escopo do artigo.

pesquisas em relação à universidade brasileira é bem menor. Partindo do pressuposto de que a participação está na base de qualquer experiência administrativa do sucesso existem trabalhos que procuram relatar este tipo de experiência em uma organização universitária (Assis, 1984), enquanto outros denunciam a ausência deste pressuposto como um dos fatores de fracasso da Reforma Universitária (Gouveia, 1974). Quanto à possibilidade de aplicação da abordagem contingencial à organização universitária, ela não foi ainda explorada em termos de pesquisa no Brasil. Entretanto, este tem sido o caminho procurado pelos autores americanos Peter Blau, Philip Marcus e Kim Cameron, como pôde ser verificado em seminário sobre "A Teoria Administrativa e a Prática da Administração Universitária", organizado pela Associação Nacional de Pós-Graduação em Administração (Anpad) no Brasil, onde os trabalhos desses três autores encabeçavam os diferentes temas abordados pelo seminário: a universidade como organização (Blau, 1984), estrutura das universidades (Marcus, 1984) e análise das redes sociais e efetividade em universidades (Cameron, 1984).

Novos enfoques para o estudo das organizações universitárias

Como já havíamos mencionado, na apresentação do esquema de Burrell e Morgan, tratamos primeiramente, neste item, de estudos que criticam a visão estritamente consensual do paradigma funcionalista a partir do paradigma do conflito ou da mudança radical. Em seguida, passamos a tratar, basicamente, das abordagens que criticam a visão estritamente funcio-

nalista no que diz respeito à forma objetivista de encarar a natureza da ciência social, dando-se destaque à abordagem de ação humana. De certa forma esta também foi a proposta feita por Campos (1981) que, em seu artigo "Em busca de novos caminhos para a teoria da organização" dividiu dois possíveis caminhos para o estudo das organizações: a análise dialética, com base em Berelson, e a análise da ação humana, com base em Silverman.

A preocupação com a perspectiva da mudança social

A grande crítica dos teóricos que defendem as abordagens humanista e estruturalista radicais, segundo Burrell e Morgan, é que o paradigma funcionalista está muito comprometido com a preservação do *status quo* em oposição a uma tomada de conhecimento do fenômeno da mudança social em curso.

O paradigma humanista radical, no momento em que se coloca em oposição fundamental ao paradigma funcionalista, em termos de seus pressupostos sobre a natureza da ciência e da sociedade, se constitui em uma teoria anti-organizacional em contraposição à teoria contemporânea de organização. Dentre as diferentes perspectivas das escolas de pensamento pertencentes a este paradigma parece que é a teoria crítica aquela que tem mais possibilidades de contribuição para a teoria antiorganizacional, na percepção de Burrell e Morgan.

No paradigma estruturalista radical também não se pode dizer que existe uma abordagem para o estudo das organizações, mas, dentre as perspecti-

vas existentes, duas delas parecem ter mais conexão com uma teoria radical de organização (*radical organization theory*): a teoria do conflito e o marxismo mediterrâneo contemporâneo.

A preocupação com a mudança social tem-se tornado bastante presente em obras recentes de administração geral (Motta, 1986; entre outros) e educacional (Paro, 1986; entre outros). O impacto dessa tendência na área do ensino superior tem-se refletido na produção com esta perspectiva com a predominância da visão macro na produção de teses e livros e do enfoque gramsciano de universidade como aparelho de hegemonia de Estado (Nadai, 1987; Veiga, 1982; entre outros), assim como de teóricos como Adam Shaff (Cunha, 1983) e Kosik (Fávero, 1980).

Dentre os trabalhos produzidos segundo a perspectiva da *mudança radical*, pesquisas desenvolvidas sobre a estrutura de poder na universidade (Franco, 1984; entre outros) foram das que mais subsídios nos deram para a questão organizacional na universidade na medida em que enfocaram a universidade em dois níveis. Franco teve sempre presente o nível das relações Estado-universidade, que estão afetas à própria autonomia universitária; e o nível das relações intra-institucionais, que trazem à tona a questão da democratização nas decisões da universidade e a questão da liberdade acadêmica.

Em relação ainda ao problema do poder, alguns autores têm-se baseado em Foucault, especificamente em sua obra *Microfísica do Poder*, para analisar as relações de poder na universidade (Fávero, 1983), mas não nos chegou ao conhecimento nenhuma pesquisa na área do ensino superior que tivesse aplicado estes conceitos teóricos como fundamentação de sua análise.

Depois dessa visão de algumas das contribuições feitas ao estudo das organizações universitárias, a partir dos paradigmas humanista e radical estruturalista, faz-se necessário chamar atenção para o fato de que problemas de poder e conflito nas organizações têm chamado atenção dos teóricos de organização há muito tempo, mesmo no âmbito do paradigma funcionalista. Estas contribuições serviram como antecipação e direcionamento da teoria pluralista de organização, característica do funcionalismo conflitual.

Tomada em seu conjunto, essa teoria baseia-se na análise das organizações como *sistemas políticos pluralistas* de acordo com os quais as organizações e seus ambientes são encarados, principalmente, como arenas de conflito entre indivíduos e grupos cujas atividades estão orientadas em direção ao alcance de seus objetivos pessoais, valores e interesses. Burrell e Morgan destacam a contribuição de determinadas obras de Blau e Etzioni, a produção de Crozier, Alan Fox e Pettigrew, entre outros, mas podem-se também identificar traços da visão pluralista nas teorias e estudos sobre universidade, utilizando o modelo político de organização (Baldrige, 1971; entre outros). O modelo político de Baldrige, onde é clara a influência teórica de Selznick e Gamson, vem sendo utilizado pela comunidade acadêmica brasileira em pesquisas que procuram analisar diferentes aspectos da dinâmica de funcionamento da universidade (Rodrigues, 1984; Fernández, 1986; entre outros). Finalmente vale registrar, na pesquisa de Fernández acima mencionada, a presença do modelo da anarquia organizacional que, segundo seus autores (Cohen, March & Olsen, 1972), se aplica diretamente às organizações universitárias. Não é de se estranhar que

Fachin (1984), ao debater sobre o trabalho de Rodrigues, em um congresso, tenha levantado a questão sobre até que ponto o modelo de anarquia organizacional não estaria mais próximo dos resultados que a autora apresentou do que, propriamente, o modelo político por ela defendido.

A preocupação com a perspectiva subjetiva para o estudo das organizações

A grande crítica dos teóricos que defendem as abordagens humanista radical e interpretativa, segundo Burrell e Morgan, é que o paradigma funcionalista tem uma visão muito objetivista do mundo social, em oposição a uma visão alternativa na qual é enfatizada a importância da experiência dos indivíduos na criação do mundo social. Dentre os teóricos de organização que se mostram comprometidos com uma perspectiva crítica e subjetiva destacamos a contribuição conceitual de Guerreiro Ramos. Entretanto, já existe uma certa produção acadêmica, de enfoque mais subjetivista, que tem como objeto de estudo a universidade, seja em nível de organização específica, seja em nível de universidade como tal. Nicolato (1986), por exemplo, procurou desvendar o processo de definição dos pontos básicos da Reforma Universitária de 1968, através do levantamento da contribuição dada por diferentes atores nela envolvidos, fundamentando-se na teoria de Gramsci.

Nesse grupo de trabalhos, que se propõe a analisar a dinâmica do funcionamento da universidade a partir da teoria crítica e utilizar uma estratégia metodológica que privilegia a posição dos participantes como co-autores dos

conhecimentos que dela resultaram, destacamos as pesquisas realizadas pela professora Juracy Marques entre 1982 e 1985 e que se encontram reunidas em seu livro *Administração Participativa*, publicado em 1987.

Se, para os humanistas radicais, as organizações são construtos sociais de médio alcance, que contribuem para a alienação do homem — “para o paradigma interpretativo a organização como tal simplesmente não existe” (Burrell e Morgan, 1979, p. 260). Logo, estritamente falando, uma teoria de organização característica do paradigma interpretativo é uma coisa contraditória. Entretanto, um número de teóricos deste paradigma tem-se envolvido, recentemente, no debate sobre vários aspectos da vida organizacional, principalmente com o objetivo de combater a ortodoxia do paradigma funcionalista na medida em que este encara as organizações como fenômenos tangíveis e relativamente concretos.

Para Burrell e Morgan “as implicações da sociologia fenomenológica para os pressupostos do paradigma interpretativo são completamente destrutivas no que toca à teoria contemporânea de organização” (1979, p. 274). Logo, o que poderiam os teóricos de organização apreender dos fenomenólogos? Segundo esses autores, um caminho possível seria através da teoria da ação, desenvolvida principalmente por David Silverman, onde ele procurou integrar as perspectivas do idealismo e do positivismo, a exemplo do que já havia sido proposto por Wilhelm Dilthey e Max Weber.

A abordagem da ação, desenvolvida por Silverman (1970), foi uma reação à tendência dos teóricos da teoria de sistemas em *reificar* a organização, isto é, atribuir uma realidade concreta, particularmente o poder de pensamento e

ação, a construtos sociais. Defendeu ele a idéia de que, em vez de analisar as organizações a partir da perspectiva dos problemas do sistema como um todo, estas deveriam ser estudadas a partir da interação que surge quando atores atribuem significados às suas próprias ações e às ações de outros. Foi a partir das proposições enunciadas por Silverman, onde se pode perceber claramente a influência de teóricos como Dilthey, Weber, Schutz, Berger, Luckman e Goffman que chegamos aos pressupostos teóricos e opção metodológica que permearam nossa pesquisa.

Considerações finais

No decorrer deste trabalho foram emergindo as vantagens e possíveis limitações relativas à adoção de esquemas de análise amplos como o de Burrell e Morgan, como fio condutor para construção de um referencial teórico-metodológico de pesquisa.

Dentre as vantagens podemos destacar que esse procedimento permite ao pesquisador ter uma visão global da produção teórica e das pesquisas acerca do tema objeto de investigação em lugar de se restringir somente à produção sob o enfoque que pretende adotar no seu trabalho. Deste modo, não só a opção pelo enfoque a ser adotado fica mais clara, como também fica mais claro o seu relacionamento com as demais abordagens existentes. Isto não significa que se deva sempre relatar o “estado da arte” do tema da pesquisa, mas é preciso que o pesquisador tenha dele conhecimento suficiente. No caso ainda de um esquema de análise como o de Burrell e Morgan, um dos maiores desafios foi o de localizar nos seus diferentes paradigmas não só a produção

brasileira como a de autores americanos como Baldrige, por exemplo, tendo em vista a origem britânica da obra.

Quanto às possíveis limitações deste tipo de procedimento, a maior delas não se refere à limitação do procedimento em si, mas à forma limitada de utilizá-lo. O que queremos dizer é que, ao adotar um esquema de análise, ele não deve-se transformar em uma camisa-de-força porque sempre podemos fazer (e sempre fazemos) a nossa própria leitura dele. No caso específico do esquema focado neste artigo, apesar de Burrell e Morgan reconhecerem que a abordagem da ação — e nisto eu concordava com eles — se situa em ponto intermediário entre uma visão subjetiva e uma visão objetiva da ciência social, eles mantiveram seus quatro paradigmas como mutuamente excluídos — nisto eu não concordava com eles. Fui encontrar apoio, nesta crítica, na resenha feita por Louis (1983) sobre a obra de Burrell e Morgan para a revista *Administrative Science Quarterly*. Diz ele que falta espaço para uma perspectiva intersubjetiva. Para ele, isto é prejudicial, particularmente à luz do atual interesse em estudar fenômenos simbólicos, culturais e políticos em organizações, fenômenos nos quais o significado não emerge nem da mente de um indivíduo — subjetividade — nem de uma coisa concreta — objetividade — mas das interações diretas e negociações subterrâneas entre membros de um ambiente social particular — intersubjetividade.

Nesse sentido, o esquema de análise pode ainda se constituir em um desafio a ser superado pelo pesquisador no sentido de testar a coerência e a consistência de sua opção teórica e metodológica de investigação.

Referências bibliográficas

- ALBUQUERQUE, Nivaldo. *A Evolução da Universidade Brasileira; Análise e Tentativa de Estabelecimento de Um Modelo Estrutural Para as Universidades Federais*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1974 (dissertação de mestrado).
- ASSIS, Therezinha Lopes de. *Processo de Intervenção na Universidade Federal de Juiz de Fora: Uma Estratégia de Modernização Administrativa*. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1986 (tese de doutorado).
- BALDRIDGE, Victor. *Power and Conflict in the University*. USA, John Wiley & Sons, 1971.
- BANGHART, Frank W. *Educational Systems Analysis*. USA, Macmillan, 1969.
- BLAU, Peter. "Universidades como organizações". *Revista Brasileira de Administração em Educação*, 2 (2), julho-dezembro 1984, 10-26.
- BURRELL, Gibson e MORGAN, Gareth. *Sociological Paradigms and Organizational Analysis*. Londres, Heinemann, 1979.
- CAMERON, Kim. "Faculdades e Universidades Eficientes: Novas Descobertas e Resultados a partir de pesquisas". *Revista Brasileira de Administração em Educação*, 2 (2), julho-dezembro 1984, 184-197.
- CAMPOS, Anna Maria. "Em Busca de Novos Caminhos Para a Teoria da Organização". *Revista de Administração Pública*, 15 (1), janeiro/março 1981, 104-123.
- CHIAVENATO, Idalberto. *Teoria Geral da Administração*. São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 1979, 2 vols.
- COHEN D. M.; MARCH, J. G. & OLSEN, J. P. "A Garbage Can Model of Organizational Choice". *Administrative Science Quarterly*, 17 (1), março 1972, 1-25.
- COSTA, Rosa do Espírito Santo. *A teoria de Rensis Likert e o perfil organizacional da Universidade do Amazonas*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1977 (dissertação de mestrado).
- CUNHA, Luiz Antonio. *A Universidade Crítica: o Ensino Superior na República Populista*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1983.
- FACHIN, Roberto Costa. "Comentários ao Trabalho de Suzana Rodrigues". *Revista Brasileira de Administração em Educação*, 2 (2), julho-dezembro 1984, 76-79.
- FAVERO, M. L. A. *Universidade & Poder — Análise, Crítica / Fundamentos Históricos: 1930-45*. Rio de Janeiro, Achiamé, 1980.
- _____. "Universidade: Poder e Participação". *Educação e Sociedade*, 16, dezembro 1983, 42-61.
- FERNÁNDEZ, Arturo F. R. U. *Percepção e Expectativa de Professores da Universidade de Tarapará Arica-Chile Sobre Modelos de Governo, Universitário*. Campinas, Universidade de Campinas, 1986 (dissertação de mestrado).
- FRANCO, Maria E. dal Pai F. *Identidade e Poder: Uma Análise de Objetivos e de Dimensões Organizacionais da Universidade*. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1984 (tese de doutorado).
- GOMES, Candido Alberto da C. *A Educação em Perspectiva Sociológica*. São Paulo, EPU, 1985.
- GOUVEIA, Oseias Ivano de. *A Reestruturação da Universidade Brasileira na Perspectiva do Desenvolvimento Organizacional*. Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1974 (dissertação de mestrado).
- HALL, Richard H. "O Conceito de Burocracia: Uma Contribuição Empírica". In: Edmundo Campos (org.). *Sociologia da Burocracia*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1966, pp. 28-44.

- KARABEL, Jerome e HALSEY, A. H. "Educational Research: a Review and an Interpretation". In: J. Karabel & A. H. Halsey (orgs.). *Power and ideology in Education*. New York, Oxford University Press, 1977, pp. 1-86.
- KAST, Fremon E. e ROSENZWEIG, E. *Organização e Administração: Um Enfoque Sistêmico*. São Paulo, Pioneira, 1980.
- LOUIS, Meryl R. "Book Review— Sociological Paradigms and Organizational Analysis". Burrell, G. e Morgan, G. *Administrative Science Quarterly*, 28 (1), março 1983, 153-156.
- MARCUS, Phillip M. "Redes Sociais e Organizações Complexas". *Revista Brasileira de Administração em Educação*, 2 (2), julho-dezembro 1984, 82-119.
- MARQUES, Juracy Cunegatto. *Administração Participativa: Poder, Conflito e Mudança na Escola*. Porto Alegre, Sagra, 1987.
- MOTTA, Fernando Prestes. *Teoria Geral da Administração: Uma Introdução*. 5ª ed. São Paulo, Pioneira, 1976.
- _____. *Organização & Poder*. São Paulo, Atlas, 1986.
- MOTA, Fernando Prestes e PEREIRA, Luiz C. Bresser. *Introdução à Organização Burocrática*. São Paulo, Brasiliense, 1980.
- NADAI, Elza. *Ideologia do Progresso e Ensino Superior*. São Paulo, Loyola, 1987.
- NICOLATO, Maria Auxiliadora. *A Caminho da Lei 5540/68: a Participação de Diferentes Atores na Definição da Reforma Universitária*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, abril 1986 (dissertação de mestrado).
- PARO, Vitor H. *Administração Escolar: Introdução Crítica*. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1986.
- RICE, A. Ken. *The Modern University, a Model of Organization*. London, Tavistock, 1970.
- RODRIGUES, Suzana. "Processo Decisório em Universidades: Teoria III". *Revista Brasileira de Administração em Educação*, 2 (2), julho-dezembro 1984, 59-75.
- SANDER, B. *Administração da Educação no Brasil: é hora da relevância*. *Educação Brasileira*, 4 (9), 2º semestre de 1982, 8-27.
- SCHWARTZMAN, S. e OLIVEIRA, J. B. "Relações Centro-Periferia: o Caso da Autonomia Universitária". In: G. M. Martins e M. A. Nicolato (orgs.). *Autonomia da Universidade Brasileira: necessidades e perspectivas*. Brasília, Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, 1980, pp. 86-93.
- SEGENREICH, Stella Cecília D. *Participação na Universidade: as Mil Faces do Cotidiano*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1990 a (tese de doutorado).
- SILVERMAN, David. *The Theory of Organizations — a Sociological Framework*. Londres, Heinemann, 1970.
- STROUP, Herbert. "Bureaucracy in the Administration of Higher Education. In: Asa S. Knowles (org.). *Handbook of College and University Administration: General*. USA, McGraw-Hill, 1970, cap. 7, pp. 3-85 a 3-93.
- SUCUPIRA, Newton. "A Condição Atual da Universidade e a Reforma Universitária Brasileira". In: *Curso de Planejamento Universitário*. Belo Horizonte, Universidade Católica de Minas Gerais, 1977 (texto mimeografado).
- VEIGA, Laura da. "Os Projetos Educativos Como Projetos de Classe: Estado e Universidade no Brasil (1954-1964)". *Educação e Sociedade*, 11, janeiro 1982, pp. 25-71.
- WAHRLICH, Beatriz. *Uma Análise das Teorias de Organização*. 5ª ed. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1986.

Resumo O trabalho tem por objetivo descrever e avaliar a utilização do esquema de análise proposto por Burrell e Morgan, no livro *Sociological Paradigms and Organizational Analysis* (1979), como fio condutor do referencial teórico-metodológico de ampla pesquisa realizada com o propósito de investigar a questão da participação na universidade, a partir da análise do cotidiano vivido pelos atores nela envolvidos.

Após reconstruir o caminho percorrido no processo de definição deste fio condutor, fizemos, em primeiro lugar, uma breve descrição do esquema de análise proposto por Burrell e Morgan. A partir de duas dimensões — objetividade/subjetividade e ordem/mudança social — eles estabelecem quatro paradigmas — funcionalista, interpretativo, humanista radical e estruturalista radical — onde situam as principais escolas de análise das organizações. Em seguida, apresentamos como este esquema foi trabalhado concretamente na parte teórica da pesquisa. Finalmente, procuramos tecer algumas considerações acerca da adoção de esquemas de análise como fio condutor para construção de um referencial teórico-metodológico, destacando as vantagens e os limites deste procedimento.

Palavras-chaves: universidade; teorias organizacionais; sociologia das organizações; organização universitária; organizações.

Abstract The purpose of this paper is to describe and evaluate the utilization of analytical scheme proposed by Burrell and Morgan in their book *Sociological Paradigms and Organizational Analysis* (1979) as frame of reference for theoretical and methodological research support.

After reconstructing the choice process of this analytical scheme, we describe the proposition of Burrell and Morgan. Taking into account two dimensions — objectivity/subjectivity and order/ social change — the authors establish four paradigms — functionalist, interpretive, radical humanist and radical structuralist — and attempt to locate the literature on social theory and organization analysis within the boundaries of those paradigms. Then we present how this analytical scheme was applied in our research which was concerned with the function of participation in university, taking into account the everyday life of the university community. Finally, we discussed the advantages and limitations of using a theoretical-methodological framework for doing research.

Descriptors: university; organizational theories; sociology of organizations; university organization; organizations.

